

REFLEXÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO

Camila Almada Nunes ¹
Francisca Geny Lustosa ²

RESUMO

O presente artigo apresenta uma discussão sobre alfabetização e letramento de crianças com deficiência intelectual na perspectiva de professores da educação básica com o objetivo de responder aos seguintes questionamentos: O que pensam os educadores em relação à alfabetização e letramento do aluno com deficiência intelectual? Quais as dificuldades encontradas nesse processo de ensino e aprendizagem? Quanto aos procedimentos metodológicos adotados, optamos pela abordagem qualitativa e como procedimento de coleta de dados, utilizamos a aplicação de questionários eletrônicos do Google Drive via internet com 38 educadores da Educação Básica. Para tanto, de acordo com as percepções dos sujeitos da pesquisa foi possível constatar que a maioria dos educadores (94,8%) expressou expectativas positivas em relação às potencialidades dos alunos com deficiência intelectual para aprendizagem da leitura e da escrita. Em face às dificuldades mencionadas em termos de condições materiais e instrumentais adequados, uso de estratégias diferenciadas, falta do acompanhamento mais próximo da família e obstáculo da memorização e/ou aprendizagem lenta, ressaltamos que mesmo diante dessas dificuldades os professores acreditam na possibilidade de alfabetização e letramento do aluno com deficiência intelectual. Portanto, fica evidente que a realidade permeada no cotidiano desses participantes da pesquisa configura-se como um importante ganho dentro do histórico de segregação e exclusão da educação.

Palavras-chave: Alfabetização, Letramento, Deficiência Intelectual.

INTRODUÇÃO

Estudos e pesquisas apontam que a deficiência intelectual designa um mito em torno do sujeito e de suas possibilidades para aprender (ALVES; ROCHA; CAMPOS, 2010). Não somente no discurso do senso comum, mas também no sentido implícito de discursos de alguns profissionais da educação cuja racionalidade supõe que os alunos com deficiência intelectual têm a incapacidade de aprender a ler ou escrever, ao menos, almejam-se deles um rendimento escolar abaixo do esperado em relação aos outros alunos “ditos normais”.

Diante disso, o presente artigo apresenta uma discussão sobre alfabetização e letramento de crianças com deficiência intelectual na perspectiva de professores da educação básica com o objetivo de responder aos seguintes questionamentos: O que pensam os

¹ Doutoranda em Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC camilalmada@hotmail.com;

² Professora orientadora: Doutora, Universidade Federal do Ceará- UFC, franciscageny@yahoo.com.br.

educadores em relação à alfabetização e letramento do aluno com deficiência intelectual? Quais as dificuldades encontradas nesse processo de ensino e aprendizagem?

A reflexão e os dados apresentados são frutos de uma pesquisa maior em nível de doutorado que trata das potencialidades dos aplicativos de leitura e escrita na alfabetização e letramento de crianças com deficiência intelectual, de uma das autoras. Por conseguinte, destacamos ainda que como procedimento precedente para aproximação com o campo/objeto de investigação foi indispensável conhecer as expectativas de aprendizagem e concepções dos educadores, imbricadas no contexto escolar desses alunos.

Dessa forma, trazemos inicialmente uma breve revisão de literatura acerca da alfabetização, letramento e deficiência intelectual a partir do levantamento bibliográfico realizado no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos Anais das Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), em seguida, encaminhamos a discussão que subsidiou a temática e deu sustentação às análises dos achados no campo empírico.

METODOLOGIA

Quanto aos procedimentos metodológicos adotados, optamos pela abordagem qualitativa, que se caracteriza pela ênfase na descrição, indução, experiência, vivência, ação e compreensão do fenômeno. Deste modo, refletimos sobre a multiplicidade de dimensões interligadas no contexto da alfabetização e letramento de alunos com deficiência intelectual, focalizando nas percepções dos professores.

Assim, como procedimento de coleta de dados, utilizamos a aplicação de questionários eletrônicos do Google *Drive* via internet com 38 educadores da Educação Básica. A escolha por esse instrumento se deu em virtude do controle e *follow-up* das respostas, agilidade na tabulação dos resultados, facilidade de utilizar maiores amostras, baixo custo de execução e exigência de resposta completa para finalização e envio do formulário online (EVANS e MATHUR, 2005).

DESENVOLVIMENTO

Discutir sobre alfabetização e letramento das crianças com deficiência intelectual no contexto escolar nos remete a um mergulho bibliográfico para desvelar a conjuntura atual na ciência sobre o tema ora investigado. Desde modo, utilizamos como fonte de busca: o Portal

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por meio da base de dados *SciELO*, e os Anais das Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) do eixo temático destinado a Educação Especial- GT 15 dos últimos 10 anos.

Nesse sentido, o arcabouço teórico se sustenta a partir das contribuições de Hein et al (2010), Rossato e Leonardo (2011), Pletsch e Glat (2011), Rossato, Constantino e Mello (2013), Gomes (2012), Barby, Guimarães e Vestena (2017), Viana e Gomes (2017) e Pelosi et al (2018). Logo, destacamos que, na maioria das escolas públicas da região Sul, Sudeste e Nordeste do país, os alunos com deficiência intelectual acabam realizando atividades elementares como pintar, copiar, recortar e colar, executando tarefas que não favorecem no desenvolvimento de habilidades cognitivas mais complexas necessárias para elaboração de conceitos científicos que abrangem conhecimentos abstratos. Como bem constataram Pletsch e Glat (2011); Rossato e Leonardo (2011), em pesquisas realizadas, os educadores admitem uma limitada expectativa e exigência do aluno com deficiência intelectual em consonância com a representação social de incapacidade, pois na concepção dos professores seus alunos se caracterizam por uma deficiência irreversível e não pela presença de dificuldades de aprendizagem.

Diante desses apontamentos, ressaltamos que se estacionarmos considerando apenas as impossibilidades do aluno em aprender devido as suas especialidades, sem oportunizá-lo a apropriação dos conhecimentos científicos e desempenharmos a nossa prática apoiada nesta perspectiva de limites, indubitavelmente esse aluno por muito tempo continuará imerso à exclusão do saber. Portanto, é necessário distanciar o foco do “problema intrínseco do aluno” e realizar práticas que compensem as dificuldades e contribua para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores (memória, atenção, percepção e abstração), as quais devem ser ampliadas para o aprendizado da leitura e escrita (PLETSCH e GLAT, 2011, p. 8).

Contudo, pontuamos ainda que de acordo com as orientações estabelecidas pela Secretaria de Educação Especial, o atendimento educacional para alunos com deficiência intelectual precisa favorecer o desenvolvimento e a superação daquilo que lhe é limitado. Apesar dessas recomendações, os professores relatam dificuldades para pôr em prática, principalmente quando se trata de conduzir o processo de alfabetização e letramento desses alunos. Hein et al (2010) salientam que esses entraves podem ser explicados em razão de muitos dos procedimentos utilizados na alfabetização de alunos com deficiência intelectual serem os mesmos do currículo regular. Por isso, desenvolveram um estudo usando o *software*

Alfabetização Fônica Computadorizada para identificar os possíveis benefícios que estudantes com deficiência intelectual poderiam adquirir na aquisição de leitura.

Outras pesquisadoras, como Viana e Gomes (2017) também se utilizaram das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação, mas com o objetivo de investigar se a mediação em contexto digital representava interferência acerca da qualidade das produções textuais, em face de aspectos semânticos e ortográficos da escrita de sujeitos com deficiência intelectual. Os achados mostraram que os participantes da pesquisa dispuseram de competências para o uso de recursos disponível em meio digital, além de apresentarem uma evolução da escrita na ocasião em que as ações desses sujeitos foram mediadas.

Dessa forma, inferimos que com a mediação, o sujeito com deficiência intelectual pode ampliar suas aprendizagens, uma vez que a relação com o conhecimento está diretamente associada à forma de interação com este e o outro. Na mesma linha de enfoque, Gome (2012) discute a influência da mediação sobre a escrita de alunos com Síndrome de Down, verificando se ocorre ou não diferenças qualitativas nos textos, quando esses alunos tem a oportunidade de produzir textos em situações de colaboração. Os resultados do estudo revelaram que os aspectos pertinentes às condições de interação influenciaram substancialmente na evolução da linguagem escrita, ou seja, os indivíduos que mais se adaptaram, interagindo cooperativamente, foram os que demonstraram maior interação com as pesquisadoras, seus pares e/ou objeto do conhecimento.

Rossato, Constantino e Mello (2013) apresentam uma reflexão teórica sobre o desenvolvimento das crianças com deficiência intelectual e da importância de uma intervenção intencional, direta e sistemática por parte do professor no processo de aprendizagem, com foco na língua escrita. Por conseguinte, precisamos considerar o aluno como sujeito capaz, colocando-o em condições sociais adequadas para que possa alcançar o seu desenvolvimento psíquico, ou seja, não limitando a ensinar apenas o mínimo e presumindo a incapacidade em aprender. Nesse sentido, cabe frisar a semelhança de aprendizagem da leitura e da escrita entre os sujeitos ditos “normais” e aqueles com deficiência intelectual.

Em concordância com a informação assinalada Barby, Guimarães e Vestena (2017) investigam o desempenho na produção escrita de crianças com Síndrome de Down e verificam que a construção dos conceitos e hipóteses da linguagem escrita sucede de forma semelhante às descritas na literatura para seus pares, embora seja mais lenta. Todavia, aprender a ler e escrever não se trata de um processo simples, conforme mencionam Pelosi et

al (2018), demanda diversas habilidades e competências como consciência fonológica, coordenação motora fina, linguagem oral e percepção visoespacial.

Com base neste inventário elaborado, constatamos que as investigações discutidas promoveram um maior conhecimento do tema focalizado, contribuindo para o aprofundamento do que já existe produzido sobre a ‘alfabetização e letramento de crianças com deficiência intelectual’, e explicitando as suas principais inquietações como pesquisadores da área de Educação Inclusiva e Especial dos últimos 10 anos, com artigos/trabalhos publicados no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e/ou nos Anais das Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

A seguir, apresentamos a análise e discussão dos resultados obtidos a partir da aplicação de questionários com professores da educação básica sobre alfabetização e letramento de alunos com deficiência intelectual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A categorização das respostas às perguntas: “*O que pensam os docentes em relação à alfabetização e letramento do aluno com deficiência intelectual?*” e “*Quais as dificuldades encontradas para alfabetização e letramento desse aluno?*” foram apreciadas segundo a análise de conteúdo. Bardi (2011) esclarece que este tipo de método designa um conjunto de técnicas de tratamento, análise das informações e comunicação, visando captar as mensagens que estão por trás da superfície textual.

Dessa forma, realizamos uma leitura minuciosa dos dados, selecionando os elementos destaques e agrupando-os em proximidades, e, posteriormente construímos uma síntese entre as partes e totalidade das percepções dos professores, apoiando-nos em fundamentos teóricos abordados na revisão de literatura deste artigo.

Para tanto, de acordo com as percepções dos sujeitos da pesquisa foi possível constatar que 26 professores (68,42%) consideram o aluno com deficiência intelectual como aquele capaz de se desenvolver intelectualmente, de absorver aprendizagens mais complexas, como a leitura e a escrita; 08 professores (21,06%) apontaram que ele é capaz de avançar na leitura e escrita, assim como os demais alunos; 02 professores (5,26%) evidenciaram que esse aluno tem condições de aprender, mas em seu tempo e ritmo próprio e outros 02 professores (5,26%) mencionaram que este não pode aprender por conta das limitações de aprendizagem da própria deficiência.

Assim, denotamos que a maioria dos educadores (94,8%) expressou expectativas positivas em relação às potencialidades dos alunos com deficiência intelectual para aprendizagem da leitura e da escrita. Tal dado se sobressai em referência à naturalização do não aprender e irreversibilidade orgânica apontada nos estudos e pesquisas de Lustosa (2003), Pletsch e Glat (2011); Rossato e Leonardo (2011) acerca das concepções dos educadores frente ao aprendizado de sujeitos com deficiência intelectual. Levando-nos a inferir que houve um avanço no tocante à acessibilidade atitudinal e o desafio do educador está alusivo ao como fazer e não mais (ou nem tanto) à condição de possibilidade para fazê-lo.

Aprofundando o estudo de Lustosa (2003), citado há pouco, encontramos achados pertinentes no que se refere à aprendizagem da leitura e da escrita destinada aos alunos com deficiência intelectual. Desse modo, frisamos que concepções estereotipadas e a-científicas sobre a referida deficiência, impedem o êxito das práticas e ações dos professores em leitura e escrita. Por conseguinte, para que haja mudança à autora evidencia a necessidade de uma mediação direta, propositiva e de acompanhamento frente à aprendizagem dos alunos.

Isso implica “tomar decisões e resolver problemas”, associando a compreensão e avaliação de uma situação, no caso o processo de alfabetização de alunos com deficiência intelectual, em que os professores precisam mobilizar os seus saberes, a fim de agirem e/ou reagirem adequadamente (PERRENOUD, 1999). Visto que, os elementos primordiais são a tomada de decisão que expressa conflitos e oposições, a mobilização de recursos, podendo ser afetivos ou cognitivos e o “saber agir”, relacionado ao “saber dizer, saber fazer, saber explicar, saber compreender” (DIAS, 2010, p. 75).

Oportuno salientar que dentre as principais dificuldades elencadas pelos professores para o processo de alfabetização e letramento do aluno com deficiência intelectual estão com 57,9% de frequência as precárias e/ou ausentes condições materiais e instrumentais adequados; 18,42% o uso de estratégias diferenciadas, não se limitando apenas aqueles com deficiência intelectual, pois na percepção desses educadores a dificuldade que este aluno apresenta é semelhante a dos demais alunos; 13,16% a falta do acompanhamento mais próximo da família; e, 10,52% a dificuldade de memorização e/ou aprendizagem lenta.

Não obstante, pontuamos que o resultado ínfimo no tocante a dificuldade centrada na criança pode revelar o desconhecimento de alguns professores quanto à probabilidade de compensação associada à deficiência para superar os limites, defendida por Vigotski (1997). Contudo, sem negar a presença de adversidades, consideramos que a memorização restrita e/ou baixa aprendizagem de alunos com deficiência intelectual não são fatores determinantes e irreversíveis para o êxito no processo de ensino e aprendizagem.

Todavia, tecemos algumas considerações sobre os resultados de pesquisas e conhecimentos de práticas alfabetizadoras enfatizadas por Lustosa e Melo (2018), em que revelam a necessidade de reorganização didática para a gestão da sala de aula como espaço legítimo de práticas orientadas, visando o avanço dos aspectos cognitivos de seus alunos. A princípio, assinalam como procedimentos importantes: o desenvolvimento de atividades desafiadoras, a organização de sequências didáticas, a ampliação gradativa de complexidade e a utilização de diversas linguagens como suporte de acesso ao conhecimento.

Conquanto, destacamos também que o uso de aplicativos de leitura e escrita na alfabetização e letramento de crianças com deficiência intelectual pode possibilitar conflitos e desafios cognitivos, contribuindo na elaboração e reelaboração de hipóteses quanto à aprendizagem da leitura e escrita, em um processo constante de equilíbrios e desequilíbrios. Dessa forma, o contato com as letras, palavras, animação e interação *in loco*, exigem conhecimento e reconhecimento das letras, identificação de palavras, organização entre o pensar e o agir, comportamentos e habilidades específicas no manuseio com os meios digitais.

Em suma, ressaltamos que mesmo diante das dificuldades situadas, os professores participantes da nossa investigação acreditam na possibilidade de alfabetização e letramento do aluno com deficiência intelectual. Logo, sinalizamos que a realidade permeada no cotidiano desses sujeitos configura-se como um importante ganho dentro do histórico de segregação e exclusão da educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas questões propostas e elucidadas foi possível conhecer o que pensam os professores perante a alfabetização e o letramento do aluno com deficiência intelectual, bem como, as principais dificuldades enfrentadas nesse processo de ensino e aprendizagem. Assim, verificamos uma predominância de educadores que promulgaram expectativas positivas sobre as potencialidades do aluno com deficiência intelectual, considerando-o como capaz de se desenvolver intelectualmente, absorver aprendizagens mais complexas, avançar na leitura e escrita e aprender conforme ritmo e tempo próprio.

Em face às dificuldades mencionadas em termos de condições materiais e instrumentais adequados, uso de estratégias diferenciadas, falta do acompanhamento mais próximo da família e obstáculo da memorização e/ou aprendizagem lenta, inferimos que apesar destas os educadores realizam o seu trabalho, vislumbrando a alfabetização e

letramento do aluno com deficiência intelectual. Portanto, é imprescindível assinalar a desmitificação da ideia de incapacidade desse sujeito para aprender a ler ou escrever.

Por fim, destacamos que as reflexões aqui desenvolvidas poderão colaborar para melhor compreensão sobre as possibilidades de aprendizagem da leitura e escrita, além disso, o estudo traz também a contribuição para ampliar o debate acerca da alfabetização e letramento de alunos com deficiência intelectual.

REFERÊNCIAS

ALVES, Jussara Guimarães, ROCHA, Silvia Roberta da Mota e CAMPOS, Kátia Patrício Benevides. **Deficiência mental e estigma social: enfrentamentos possíveis**. In: Rita Vieira de Figueiredo; Lindomar Bonetti; Jean-Robert Poulin. (Org.). *Novas Luzes sobre a Inclusão Escolar*. Fortaleza: UFC, 2010, v. 1, p. 175-212.

BARBY, Ana Aparecida de Oliveira Machado; GUIMARÃES, Sandra Regina Kirchner; VESTENA, Carla Luciane Blum. A construção da escrita em crianças com síndrome de down incluídas em escolas regulares. **Revista Educação Especial**, v.30, n.57, p.219-234, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/19944/pdf>>. Acesso em 05 de julho de 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

DIAS, Isabel Simões. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, v.14, n.1, p.73-78, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pee/v14n1/v14n1a08>>. Acesso em 09 de agosto de 2019.

EVANS, Joel R. and MATHUR, Anil. The Value of Online Surveys. **Internet Research**, v. 15, n. 2, 2005, p. 195-219.

GOMES, Adriana Leite L.imaverde. A coerência textual de alunos com síndrome de down: uma análise da produção escrita através do uso de imagens. In: 35ª Reunião Anual Anped, 2012, Porto de Galinhas. **Anais da 35ª Reunião anual da ANPED: Educação, cultura, pesquisa, pesquisa e projetos de desenvolvimento: o Brasil do século XXI**, p. 1-20, 2012.

HEIN, Julia Margarida; TEIXEIRA, Maria Cristina Triguero Veloz; SEABRA, Alessandra Gotuzo e MACEDO, Elizeu Coutinho de. Avaliação da eficácia do software "Alfabetização Fônica" para alunos com deficiência mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.16, n.1, p.65-82, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v16n1/06.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2019.

LUSTOSA, Francisca Geny. **Concepção de deficiência mental e prática pedagógica: contexto que nega e evidência a diversidade**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, 2003. 261 p.

LUSTOSA, Francisca Geny e MELO, Claudiana Maria Nogueira de. **Organização e princípios didáticos para a gestão da sala de aula inclusiva**: a gênese de práticas pedagógicas de atenção à diversidade. In: Marco Antonio Melo Franco; Leonor Bezerra Guerra (Org.). *Práticas Pedagógicas em Contextos de Inclusão*. 1ed. Jundiaí-SP: Paco Editora, 2018, v.3, p. 99-120.

PELOSI, Miryam Bonadiu; SILVA, Renata Mousinho Pereira da; SANTOS, Gladis dos e REIS, Nathalya Herzer. Atividades Lúdicas para o Desenvolvimento da Linguagem Oral e Escrita para Crianças e Adolescentes com Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.24, n.4, p.535-550, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v24n4/1413-6538-rbee-24-04-0535.pdf>>. Acesso em 07 de agosto de 2019.

PERRENOUD, Philippe. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

PLETSCH, Marcia Denise e GLAT, Rosana. A escolarização de alunos com deficiência intelectual em diferentes contextos educacionais. In: 34ª Reunião Anual da Anped, 2011, Natal. **Anais da 34ª Reunião anual da ANPED: Educação e Justiça Social**, p. 1-13, 2011.

ROSSATO, Solange Pereira Marques; CONSTANTINO, Elizabeth Piemonte e MELLO, Suely Amaral. O ensino da escrita e o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual. *Psicologia em Estudo*, v.18, n.4, p.737-748, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v18n4/15.pdf>>. Acesso em 15 de julho de 2019.

ROSSATO, Solange Pereira Marques e LEONARDO, Nilza Sanches Tessaro. A deficiência intelectual na concepção de educadores da educação especial: contribuições da psicologia histórico cultural. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.17, n.1, p.71-86, 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbee/v17n1/v17n1a06.pdf>>. Acesso em 02 de junho de 2019.

VIANA, Flávia Roldan; GOMES, Adriana Leite Limaverde. A produção escrita de pessoas com deficiência intelectual na interação com as tecnologias digitais da informação e comunicação. **Revista Educação Especial**, v.30, p.297-311, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/21931/pdf>>. Acesso em 31 de julho de 2019.

VIGOTSKI, L.S. **Obras Escogidas V: fundamentos de defectologia**. Madrid: Visor Distribuciones, 1997.